

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 990, DE 2003

Revoga o art. 27 da Lei nº 6.453, de 1977, extinguindo a pena de reclusão para quem se manifesta contra atividades nucleares.

Autor: Deputado EDSON DUARTE

Relatora: Deputada ROSANE FERREIRA

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição apresentada em 2003 pelo Deputado Edson Duarte com o objetivo de revogar o art. 27 da Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, que dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares.

O dispositivo que se pretende revogar pune com quatro a dez anos de reclusão quem impeça ou dificulte o funcionamento de instalação nuclear ou o transporte de material nuclear.

O PL nº 990/2003 já foi apreciado pela Comissão de Minas e Energia. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se quanto à admissibilidade e ao mérito da matéria, que está sujeita à apreciação do Plenário, e tramita em regime de prioridade.

A proposição não recebeu emendas na CCJC, durante o prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 990, de 2003, pretende revogar o art. 27 da Lei nº 6.453, de 1977, que dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares. O dispositivo a ser revogado pune com quatro a dez anos de reclusão quem impeça ou dificulte o funcionamento de instalação nuclear ou o transporte de material nuclear.

O autor entende necessária a revogação do art. 27 da Lei 6.453, de 1977, por se tratar de legislação vinculada ao “entulho autoritário”, que tem sido usada para coibir a livre manifestação de indivíduos e grupos contrários às atividades nucleares, pelos riscos envolvidos.

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se quanto à admissibilidade e ao mérito da proposição, nos termos regimentais.

O PL nº 990/2003 está formalmente em harmonia com a Constituição da República. O projeto de lei dispõe sobre direito penal e atividades nucleares, tópicos da competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, *caput* e incisos I e XXVI; sendo a iniciativa legítima, conforme o art. 48, *caput*; e adequada, pelo teor do art. 61, *caput*.

O PL nº 990/2003 está materialmente em conformidade com o direito, estando preservadas as disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis. A proposição obedece, portanto, aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, tendo tramitado de acordo com as regras do processo legislativo.

O mérito do PL nº 990/2003 foi amplamente discutido na Comissão de Minas e Energia, tendo sido vencida a então Relatora, Deputada Rose de Freitas, que aprovava a matéria, pelo voto do Deputado Luiz Carlos Santos, que apresentou o parecer vencedor, pela rejeição.

Os termos do parecer vencedor na CME são relevantes para a presente análise. Naquela ocasião, o colegiado decidiu que o art. 27 da Lei nº 6.453, de 1977, “*é apropriado e deve permanecer em vigor pois a segurança que cerca a operação de uma usina nuclear pode ser seriamente*

afetada por pessoas que adotem comportamentos com o fim específico de dificultar o seu funcionamento”.

Quanto às críticas sobre o cerceamento da liberdade de manifestação, a CME considerou que tal direito de manifestar-se deve ser ponderado tendo em vista os riscos de se afetarem inadvertidamente as atividades de usinas nucleares e o transporte de material nuclear.

Com efeito, o art. 27 da Lei nº 6.453, de 1977, deve permanecer válido no ordenamento jurídico. O bloqueio ou a turbção do funcionamento de instalação nuclear ou do transporte de material nuclear podem expor a risco mortal tanto os manifestantes como os operários das usinas e as populações vizinhas. A contaminação radioativa deve ser evitada a todo custo, o que justifica a grave sanção de quatro a dez anos de reclusão para quem ameace a segurança das atividades nucleares.

Por tal razão, propomos que se acrescente parágrafo ao art. 27 da Lei nº 6.453, de 1977, de modo a salvaguardar a livre manifestação contrária às atividades nucleares.

Face ao exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 990, de 2003, nos termos do Substitutivo ora oferecido e, no mérito, votamos pela aprovação da proposição.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ROSANE FERREIRA
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 990, DE 2003

Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, que “dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências”.

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, que “dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências”, a fim de salvaguardar o direito à livre manifestação contra o funcionamento de instalação nuclear ou o transporte de material nuclear.

Art. 2º O art. 27 da Lei nº 6.453, de 17 de outubro de 1977, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 27.
.....

Parágrafo único. Fica salvaguardado o direito à livre manifestação contra o funcionamento de instalação nuclear ou o transporte de material nuclear.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputada ROSANE FERREIRA